

A constituição do sujeito caiçara pela ordem da língua e do trabalho

Ana Maria da Silva¹

Instituto Caiçara de Pesquisa e Ensino Superior – ICAPES, Guaratuba, Paraná, Brasil

Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia²

Programa de Pós-graduação em Letras – UFPR, Curitiba, Paraná, Brasil

Resumo: Este estudo, ancorado na Análise de Discurso Francesa (AD), atenta para os modos como o sujeito caiçara, habitante do litoral paranaense, é significado na escola e no ambiente de trabalho. Partimos do pressuposto teórico da (AD) de que sujeitos e sentidos constituem-se mutuamente. Assim, os gestos de análise são conduzidos na direção de compor a tessitura histórico-social na perspectiva de responder, a partir do jogo das formações imaginárias, quem é esse sujeito, resposta esta tecida a partir do olhar do empregador e da escola e materializada na língua. Essa trama constitui um imaginário depreciativo acerca do sujeito caiçara, alguém alheio às injunções da ordem capitalista do trabalho, bem como aliado de um registro linguístico socialmente aceitável. A escola, por sua vez, sustenta e reproduz esse imaginário de exclusão e de insucesso. Nas falas dos sujeitos caiçaras, procuramos identificar espaços de resistência a esse imaginário.

Palavras-chave: Sujeito caiçara; Escolarização; Ordem da língua; Ordem do trabalho.

Title: The Subject Caiçara's constitution by the order of language and of work

Abstract: This study, based on the French Discourse Analysis DA, pays attention to the ways in which the caiçara subject, inhabitant of the coast of Paraná, is known at school and in the work environment. We start from the theoretical assumption of DA that subjects and meanings are mutually constituted. Thus, the analysis gestures are conducted in the direction of composing the social-historical fabric in the perspective of answering, from the dispute of imaginary formations, who is this subject, a response woven from the perspective of the employer and the school and materialized in the language. This plot constitutes a derogatory imaginary about the caiçara subject, someone alien to the injunctions of the capitalist order of work, as well as excluded from a socially acceptable linguistic register. The school, on the other hand, supports and reproduces this imaginary of exclusion and failure. In the words of the caiçara subjects, we tried to identify spaces of resistance to this imaginary.

Keywords: Caiçara subject; Schooling; Order of language; Order of work.

¹ Doutora em Letras pela Universidade Federal do Paraná. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9352-9979>. E-mail: ana.redacao@gmail.com.

² Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vice coordenadora do Programa de Pós-graduação em Letras da UFPR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6747-6025>. E-mail: gesa.rasia@gmail.com.

Considerações Iniciais

A designação que nomeia o sujeito *caiçara*³ resulta da convergência de fatores de ordem política, histórica, econômica e também geográfica. Segundo rastreamento que Adams (2000) faz, a palavra tem origem no tupi-guarani (*caá-içara*), em que *caá* significa *mato*, e *içara*, *armadilha*. Inicialmente, era empregada para “denominar as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe”. Na sequência, passa a designar as palhoças que abrigam canoas e apetrechos de pescadores na praia. Posteriormente, passa a significar os moradores de Cananéia (SP) e, finalmente, os moradores de comunidades do litoral dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (RASIA; SILVA, 2017).

O processo de deslocamento da nomeação aponta para a migração dos sentidos que, de um elemento inanimado, o qual protege humanos, peixes e instrumentos de trabalho, transmutam-se para a nomeação do próprio ser humano, o qual tem na pesca o trabalho que é sua fonte de renda e de alimentação. Essa passagem nos diz bastante acerca da simbologia implicada na relação sujeito/trabalho, desde uma perspectiva materialista do sentido.

Cavalcante e Machado (2017) afirmam, a partir de Lukács (1996), que

O ser social, por meio de sua atividade produtiva, que é social, impulsiona o homem para além das barreiras biológicas. O seu ser desse modo é radicalmente histórico e social, e tem como base o modo e a forma de atividade que esse ser social estabelece com a natureza, consigo mesmo e com os demais seres humanos (CAVALCANTE; MACHADO, 2017, p. 65-66).

O trabalho é, pois, o modo como o sujeito responde de forma ativa às indagações que ele mesmo se coloca diante de sua relação objetiva para com a natureza e diante de suas condições materiais de existência, as quais demandam, necessariamente, transformação. É o princípio que o fundamenta, pois é a base do processo histórico das sociedades, a partir dos diferentes modos como estas se organizam, como bem aprendemos de Marx. Nessa perspectiva, podemos pensar na migração do significante que apontava, inicialmente para os artefatos relativos à atividade de pesca, para a designação do sujeito que realiza a pesca, em uma simbiose que não resulta da indistinção homem-natureza, antes, tem a ver com a percepção do sujeito que transforma a natureza, especialmente, que “a transforma por intermédio do seu trabalho” (CAVALCANTE, 2017, p. 66).

³ Reflexão apresentada, em uma primeira versão, em Rasia e Silva (2017).

Figura 1 – Descarregamento de tainha



Fonte: Hanek (2020).

Com isso, queremos dizer que o trabalho significa o sujeito, “cola” sentidos nele e sobre ele. O caiçara é, nesse entorno de interpretação, aquele que vive da pesca, que opera manualmente com os artefatos relacionados a essa prática e dela extrai seu sustento e estabelece seu modo de vida. Contudo, vale dizer que os sentidos não são fixos nem permanentes; mas se movem, de acordo com as mudanças históricas nas quais homens e mulheres se encontram inseridos, e também de acordo com as diferentes inscrições a partir das quais estes são ditos. E essas mudanças se marcam na linguagem, nas formas e modos de dizer sobre o sujeito caiçara.

É assim, pois, que objetivamos abordar, neste estudo, como estes habitantes do litoral paranaense são significados pela via da ordem da linguagem e do mundo do trabalho, especialmente de parte do outro não-nativo, mais especificamente, aqueles inscritos na posição patronal e na posição de educadores. Nesses processos de significação atentamos para as projeções que se fazem sobre esses sujeitos, sobre sua alocação no modo de produção de pesca industrializada. E, de parte da escola, procuramos compreender como esta instituição, enquanto Aparelho Ideológico de Estado, nos termos de Althusser (2008), atende ou não as peculiaridades e expectativas desse contingente populacional.

O *corpus* de análise que possibilita a formulação de respostas para essas indagações é parte da pesquisa de doutorado⁴ de Silva (2020), a qual resultou de diálogo tecido com pescadores caiçaras, mulheres caiçaras trabalhadoras nas salgas, donos de entrepostos de salgas, responsáveis pelos entrepostos, estudantes caiçaras, professores e pedagogas da escola onde os pescadores estudam, no litoral paranaense, mais especificamente, localizada

⁴ Esta pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná – UFPR, sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE de n. 15180519.8.0000.0102, está vinculada ao Grupo de Pesquisa e Estudos do Texto e do Discurso: entrelaçamentos teóricos e analíticos – GPTD. UNICENTRO/UFPR.

em Guaratuba, Paraná. Para este estudo recortamos uma mostra do referido diálogo, a partir da qual podemos discutir a produção de sentidos sobre o sujeito caiçara.

Justificamo-nos, de antemão, em relação ao uso, por vezes repetitivo, da expressão “sujeito caiçara” durante a escrita deste texto. Isso porque nos inscrevemos em posição adversa ao sentido depreciativo, não raro, atribuído aos sujeitos desta pesquisa, quando designado “caiçara”. Destacamos que os sentidos que corroboram as atribuições negativas encontram-se, inclusive, dicionarizados. Esse fato sustenta o imaginário coletivo construído a partir de acepções cristalizadas pela rede de memória sobre os pescadores caiçaras.

No dicionário Português Priberam (2021), por exemplo, o verbete *caiçara* tem, dentre outras, duas acepções. A primeira é a brasileira informal: “indivíduo desonesto ou pouco sério, malandro, vagabundo”. A segunda é a acepção brasileira, de São Paulo, que traz a seguinte definição “indivíduo de pouca instrução e modos rústicos, habitante do litoral, caipira, matuto, sertanejo”. O dicionário brasileiro Aulete (2021) traz para o substantivo *caiçara* a definição popular: “indivíduo ordinário, sem serventia, malandro, vagabundo”. Não só as significações dicionarizadas como também os sentidos que este trabalho apresenta nos impeliram a reiteradamente designar o caiçara em sua condição de sujeito. Buscamos, desse modo, conferir espaço de visibilidade à disputa de sentidos em relação à significação negativa produzida pela repetibilidade da instância do dicionário e cristalizada no corpo social. Nesse gesto mínimo de deslocamento, sinalizamos que são sujeitos portadores de aspirações, histórias, narrativas outras, que não as do senso comum.

Um breve percurso nas condições históricas de formação da população caiçara no litoral paranaense

A formação dos povos caiçaras, no Brasil, resultou, de acordo com Santos (2013), a partir do período Colonial (séc. XVI a XIX), da entrada dos bandeirantes, via litoral, em direção ao interior brasileiro, partindo do atual estado de São Paulo, em razão do ciclo do ouro, ao lado de outras culturas, como café, arroz e cana-de-açúcar. Sob essa perspectiva, podemos afirmar que a dimensão econômica foi um dos fatores determinantes na formação de povoados e vilas de base agrícola e pesqueira artesanal, desde São Paulo até o litoral. Paralelo a esse fator há o componente étnico, se considerarmos, juntamente com Santos (2013), que o surgimento do sujeito caiçara deu-se a partir da mestiçagem de brancos com indígenas, com posterior inserção do negro, resultado da sobrevivência de indígenas aos massacres ocorridos no século XVI. Se por um lado a sobrevivência foi fruto de estratégias de resistência, por outro, em muitos aspectos a dimensão cultural acabou sucumbindo, tendo em vista a assimilação, de parte dos caiçaras, de novos modos de vida trazidos pelos conquistadores.

Rasia e Silva (2017) destacam os aspectos anteriormente demarcados na constituição dos povos caiçaras e agregam à discussão como se davam suas formas de organização social e espacial, ainda a partir de Santos (2013). Esta autora sublinha as diferenças nas formas de alocação dos sujeitos, bastante diversas daquelas próprias do sistema de propriedade do modo de produção capitalista. A ideia de posse ou propriedade era conferida ao primeiro que

tivesse aberto a área para cultivo, sendo esta então delegada às gerações seguintes. Com isso, a terra significava a partir dos sentidos de habitação e de moradia, distante dos sentidos do valor de propriedade. O que sobressaía eram, portanto, os laços de sobrevivência e de convívio relacionados à ordem da produção.

Além dessa peculiaridade, a autora reporta ao mutirão, prática bastante corriqueira nas comunidades caiçaras, porém, hoje em processo de extinção. O mutirão consistia em uma forma de camaradagem, pois se constituía na troca de serviços por ocasião da colheita, construção e reparo de habitações, momentos estes do qual participavam homens, mulheres e crianças. Importante dizer que não raro o pagamento de trabalhos era feito na forma do fandango, festa típica da comunidade caiçara. Nisso, mais uma vez o valor se traduzia em significados que transcendiam a ordem do econômico, alçando a esfera do convívio, das trocas comunitárias e afetivas.

Contudo, as transformações por que passaram os modos de produção têm afetado profundamente as relações econômicas, de trabalho e, por conseguinte, os laços identitários da coletividade caiçara.

Em suma, podemos dizer que seus integrantes ocupam, no cenário contemporâneo, posição de resistência em relação à manutenção de seus traços culturais e identitários ante as mudanças nos modos de produção da sociedade capitalista em suas formas de consumo. E, vale dizer, essas alterações tocam diretamente nas questões relacionadas aos processos identitários, não isentas de confrontos e contradições, haja vista que o sujeito caiçara é dito, hoje, mesmo em seu lócus geográfico, a partir do olhar do outro. Outro este representado especialmente pelos padrões e agentes da escola. Nossas análises colocarão em tela como se dão esses cruzamentos de olhares e de dizeres, repletos de pré-construídos colados em construções imaginárias estereotipadas, ao mesmo tempo que ausentes de projeção de futuro para os integrantes da comunidade caiçara.

O trabalho caiçara no modo de produção capitalista

Haja vista que o sujeito caiçara é por nós olhado, aqui neste estudo, a partir da ordem do trabalho e da ordem da linguagem, na perspectiva de sentidos e projeções que se tecem sobre ele, consideramos tais projeções em dois ambientes: i) escolar; ii) de trabalho. Esses espaços são regulados pelo que se denomina de formação social, noção esta que “designa toda sociedade concreta historicamente existente e que é individualizada, portanto, distinta de suas contemporâneas e de seu próprio passado, pelo modo de produção que domina a” (ALTHUSSER, 2008, p. 96). Assim, a formação social é o que rege o empírico, as práticas, isto é, onde se manifestam as ideologias.

Uma Formação Social é o modo como a sociedade se organiza, ou está organizada, regendo os movimentos dos discursos. Em determinadas épocas, os dizeres têm significações distintas, ou seja, seu sentido é regido pelo cenário histórico-ideológico, isto é: em uma formação social específica. Na comunidade caiçara analisada, o processo de trabalho das famílias dos pescadores se dá de dois modos: formal e informal. Entende-se por formal o

trabalho que ocorre em locais legalizados, autorizados pelo município e nos quais os trabalhadores têm carteira de trabalho assinada, recebendo o piso de salário nacional ou regional. Já o modo de trabalho informal se dá pela contratação dos trabalhadores por diária, ou produção; sem registro e recolhimento de taxas, como de fundos de pensão, INSS ou FGTS. Ainda dentro do trabalho informal se enquadra um grupo de pescadores que atua em barcos pesqueiros que pertencem a um único dono, o mesmo que fornece o local para descarga. Nestes entrepostos, os pescadores saem para o trabalho em alto-mar, e quando retornam, pagam a taxa de descarga do produto e do uso dos barcos. Parte da produção também fica armazenada nas salgas. Alguns trabalhadores, em temporada de pesca, podem comprar parte dos produtos por um valor menor, para consumo ou revenda. É importante frisar que embora pareça, este não é um sistema cooperativo, o qual inexistente no município.

Para Althusser (2008, p. 52), as relações de produção variam de acordo com os modos de produção e, no âmbito da sociedade econômica capitalista, “as relações de produção são as relações da exploração capitalista”. As relações de produção no setor da pesca industrializada organizam-se a partir das salgas (entrepostos de pescados), nas quais centenas de famílias trabalham, somando força de trabalho com objetivo de angariar um mínimo necessário para sua sobrevivência, haja vista os baixos valores pagos pelo seu trabalho.

As forças produtivas nas salgas organizam seu modo de produção a partir de três elementos:

- 1) objeto de trabalho: alimentos advindos da natureza (peixes, camarão e frutos do mar);
- 2) instrumentos de produção: rede de arrasto, esteiras, caixas, balaies etc.;
- 3) agentes de produção: pescadores, auxiliares, descascadeiras.

Já com relação à força de trabalho, esta constitui-se do seguinte modo: alguns trabalhadores não são profissionais da pesca ou da lida com o produto que dela advém. São oriundos das periferias de grandes cidades, principalmente de Curitiba, de onde saem em busca de uma vida melhor. Nos arredores das salgas, as famílias se instalam em ocupações de terrenos onde seja possível fazer instalação ilegal de água e de energia, porque não há saneamento básico. Nesse sentido, a comunidade se caracteriza parcialmente como itinerante, já que se constitui de uma parcela de famílias que se acomodam temporariamente por ali, e outra parcela, originalmente nativa, que ali já se encontra.

O fato de a comunidade ser parcialmente itinerante torna problemática a manutenção dos empregados nas salgas, uma vez que “em todo processo de trabalho, os agentes do processo devem ser qualificados, isto é, capazes de utilizar bem os instrumentos de trabalho” (ALTHUSSER, 2008, p. 46), mas as empresas da pesca não oferecem nenhum curso de qualificação para esses trabalhadores. Esta relação do trabalhador com a empresa ocorre de forma exploradora, visto que fora de temporada, quando o trabalho é escasso, os donos de salgas dão trabalho para quem cobrar o menor valor para a produção.

Consequência dessa relação oferta-procura, os filhos e filhas de pescadores e descascadeiras (como são chamadas as trabalhadoras que limpam camarão) aprendem na prática já na infância a lida com o ofício, na tentativa de ampliar o contingente de força de trabalho, já que o valor do trabalho fica à mercê da sazonalidade da própria atividade de pesca. Tornam-se, portanto, herdeiros das técnicas de trabalho determinadas pela natureza dos instrumentos e técnicas de trabalhos tradicionais, as quais privilegiam, por exemplo, o descasque manual. Segundo os encarregados e proprietários, estas são insubstituíveis diante de técnicas automatizadas, porque o camarão é um produto sensível e pode-se perder grande parte dele com o uso das máquinas. Estamos falando de um legado passado de geração em geração, um saber-fazer que, em que pese seu valor simbólico, de legado familiar como prática de trabalho, não recebe agregação de valor. Ao contrário, a ordem capitalista subvaloriza as práticas que são essencialmente humanas que precisam, sim, ser aprendidas desde muito cedo, tal o grau de precisão que demandam.

De acordo com Althusser (2008), nas forças produtivas o que importa é o meio de produção e não os seres humanos. Nessa perspectiva, nos entrepostos de pescados, aqueles que não produzem as metas são logo substituídos, especialmente quando adquirem a incapacidade de trabalho em um acidente na empresa. Isso acontece à revelia da lei, porque muitas vezes esses trabalhadores são registrados e mesmo assim são sumariamente dispensados.

Os donos dos meios de produção são, nesta comunidade, na maior parte, empresários da capital do estado. Poucos entrepostos foram fundados por pescadores e passados aos filhos de pescadores. Estas empresas (salgas) exploram a matéria-prima, advinda da natureza, para enriquecimento através do trabalho do pescador. Alguns pescadores trabalham com a pesca autônoma, solitária, em um barco mais simples, controlada pela associação dos pescadores da cidade.

Essa associação é antiga e já foi bastante útil, segundo os relatos. Associados a ela podem estar os pescadores e pescadoras, as descascadeiras e trabalhadores de salgas. Antes, eram oferecidos aos associados serviços de saúde (dentista e consultas médicas), cursos de confecção de rede de pesca para as crianças. Hoje a associação é apenas um local sem uso.

Esta é a lógica capitalista: permitir a exploração dos trabalhadores e da natureza para possibilitar a acumulação. Assim se mantém a reprodução do sistema. Mas a reprodução da força de trabalho não ocorre nos entrepostos de pescados e, sim

passa-se essencialmente fora da empresa. Como é assegurada a reprodução da força de trabalho? É assegurada dando à força de trabalho o meio material de se reproduzir: o salário [...] indispensável à alimentação e educação dos filhos nos quais o proletário se reproduz (em x exemplares: podendo ser x igual a 0, 1, 2, etc...) como força de trabalho (ALTHUSSER, 1980, p. 18).

No que concerne à escola, pode-se dizer que o modo de produção capitalista tem nela o segundo ambiente que nos interessa, uma das formas de sustentação/manutenção de suas bases de funcionamento – já que é na escola que

[...] de qualquer maneira, aprende-se a ler, a escrever, a contar, - portanto, algumas técnicas, e ainda muito mais coisas, inclusive elementos (que podem ser rudimentares ou pelo contrário aprofundados) de “cultura científica” ou “literária” diretamente utilizáveis nos diferentes lugares da produção (uma instrução para os operários, outra para técnicos, uma terceira para os engenheiros, uma outra para os quadros superiores, etc.). Aprendem-se, portanto “saberes práticos” (*des “savoir faire”*) [...] Mas, por outro lado, ao mesmo tempo que ensina estas técnicas e estes conhecimentos, a Escola ensina também as “regras” dos bons costumes, isto é, do comportamento que todo o agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que está destinado a ocupar: regras da moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exatamente regras de respeito pela divisão social-técnica do trabalho, pelas regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. Ensina também a “bem falar”, a “redigir bem”, o que significa exatamente (para os futuros capitalistas e seus servidores) a “mandar bem”, isto é (solução ideal) a “falar bem” aos operários etc. (ALTHUSSER, 1980, p. 20-21).

A longa citação de Althusser faz-se necessária, em nosso entendimento, haja vista a atualidade de seu pensamento. A escola contemporânea, resultado de sucessivas reformas e remodelações, mantém, sob diferentes roupagens, a histórica divisão social na formação dos sujeitos, pela qual alguns são preparados para os saberes de ordem prática, e outros para a continuidade nos estudos, recebendo, tendo acesso, portanto, a conteúdos de caráter clássico e científico. A questão que nos concerne, neste estudo, é sobre que projeções a escola faz, na discursivização de professores e pedagogos acerca dos alunos pertencentes ao estrato do operariado, aquele que executa a mão de obra manual no setor pesqueiro. Ainda: como as questões de linguagem recebem tratamento nesse lócus em relação a esses mesmos sujeitos? A estas e outras questões nossas análises visam responder.

Sobre a organização metodológica do estudo

Esta pesquisa recorreu a entrevistas como ponto de partida para desencadear narrativas por parte dos entrevistados, uma vez que se entende que a oralidade é fonte de *palavras mais espontâneas*, em que qualquer um que represente uma coletividade ou procure representar a si mesmo em seu discurso, tem a liberdade de expressar-se longe das amarras da escrita, ou porque esta pode não ser acessível a ele ou porque lhe impõe restrições. Um dos objetivos do estudo é a compreensão das relações do sujeito caiçara com a ordem do trabalho, mais especificamente com a prática pesqueira, haja vista seu lugar de transição de uma cultura artesanal para outra industrial-capitalista. Outro objetivo é a compreensão das projeções que a escola faz sobre esse sujeito, mais especificamente sobre sua linguagem. Trabalho e linguagem, como aspectos culturais e constitutivos, são, portanto, os recortes selecionados para análise acerca de como o sujeito caiçara é visto e discursivizado pelo olhar do outro.

O *corpus* de análise do presente estudo foi composto por sequências discursivas selecionadas de narrativas orais, formuladas quando das entrevistas semiestruturadas aos sujeitos da pesquisa, o que compõe aquilo que Courtine (2009, p. 77) designa de *corpora* experimental, “constituídos de sequências discursivas produzidas em situação experimental

como respostas a uma questão, a uma instrução, à produção de um curto resumo de texto”. Desse material, o qual é constitutivo da pesquisa, selecionamos o corpus de análise, a partir dos recortes trabalhados na sequência: a ordem do trabalho e a ordem da língua, perspectivas essas a partir das quais o sujeito caiçara é falado. Cada recorte compreende uma ou mais Sequências Discursivas (SDs), as quais consistem, consoante Courtine (2009, p. 55), em “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase.”

O discurso sobre o sujeito caiçara: a ordem do trabalho

A cidade de Guaratuba conta com cinco grandes salgas, registradas na prefeitura, e quatro salgas que funcionam de maneira informal. Independentemente de suas dimensões, de seu funcionamento, formal ou não, o objetivo desses espaços é a limpeza (preparo do peixe e dos frutos do mar com a retirada de pedaços não comestíveis), conservação por meio de congelamento e embalagem destes produtos. Isso significa que a salga deve ter um número razoável de trabalhadores, considerando todos estes processos, para garantir o melhor aproveitamento do produto, com vistas à comercialização. A estimativa é de que as menores salgas tenham um rodízio de dez mulheres descascadeiras de camarão por dia; dois fileteiros (homens que cortam o peixe em filés), e cinco na produção da embalagem. Já as grandes salgas contam com maior número, além dos pescadores, que fazem o trabalho externo em alto mar, e dos supervisores da produção, que também trabalham com o comércio em si.

Outro fator de relevância nesse cenário são os donos e encarregados dos entrepostos de pescados. Conforme já afirmado, os proprietários das salgas são, majoritariamente, empresários da capital do estado. Alguns entrepostos foram fundados por pescadores que tiveram condições para tal e procuram manter o negócio na geração que lhes sucede. Já os encarregados são os supervisores, aos quais compete o controle do trabalho e da produção. Com salários melhores do que os dos pescadores, descascadeiras e fileteiros, eles ocupam posição de vigias, para garantir o bom êxito dos quesitos produtividade e lucro.

Quando falamos do pescador, da descascadeira, do fileteiro, estamos falando de lugares sociais. Em todos os processos discursivos, há formações imaginárias, as quais funcionam como resultado das projeções próprias dos lugares sociais distribuídos na esfera social, econômica e cultural. No interior desses lugares, opera o trabalho da interpelação das Formações Discursivas, nas quais os sujeitos inscrevem-se a partir de posições nas quais se reconhecem e reconhecem ao outro. Esse reconhecimento passa, desde sempre, por práticas discursivas que se marcam também na ordem da língua. Pêcheux (1988) postula que é pelo trabalho da ideologia que se dá esse reconhecimento, de modo tal que

“todo mudo” sabe o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc. evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem, aquilo que chamaremos o caráter material das palavras e do enunciado (PÊCHEUX, 1988, p. 159-160).

É a partir desse reconhecimento-evidência, resultado de formações imaginárias, que analisamos, pois, as formulações feitas sobre os sujeitos caiçaras no ambiente de trabalho, a partir de provocação lançada na entrevista-conversa.

A Sequência Discursiva que segue, a SD1, foi enunciada, por ocasião das entrevistas, por um dono de salga:

SD1 – “Desde que abrimos aqui, todos meus funcionários são de Curitiba. Por quê? Porque eles têm vontade: querem fazer curso, querem trabalhar. Agora (+) de nada adianta o caiçara querer ganhar dinheiro e não querer trabalhar freneticamente como o mercado exige. Se quer ter o padrão de vida igual ao dos outros, então trabalhe como os outros ué (+) Esse jeito caiçara que faz eles serem mal vistos, né?! [...]”.

Nessa SD, os sentidos projetados acerca da relação com o trabalho de parte de curitibanos e caiçaras estão em disputa. O funcionamento discursivo provoca o efeito de que o sujeito caiçara está aquém do que o mercado exige, ou seja, os modos de trabalho, os modos de produção são diferentes das práticas e vivências do outro-ideal, que supostamente atende ao padrão desejável. O advérbio *freneticamente*, na perspectiva do patrão, recobre sentidos acerca deste ideal, qual seja, o do ritmo das máquinas, dotado de agilidade, destreza e eficiência. Porque essa é uma injunção do mercado, que desconhece as limitações do humano, as particularidades de um para outro, as necessidades físicas, emocionais, de lazer e culturais. A lógica do capital e das máquinas desconhece e desconsidera, enfim, o ser humano.

Para além disso, o fato de os considerados *bons trabalhadores* serem da capital produz sentidos antagônicos acerca da relação centro-periferia, capital-litoral ou capital-desenvolvimento. As formulações concorrem para o sentido de que os pescadores caiçaras não trabalham como os curitibanos (outros), fornecendo, assim, sustentação para a sedimentação dos sentidos pré-construídos de depreciação: aquele que não quer trabalhar, lento, preguiçoso, vadio, conforme apontávamos no início. Vale dizer que em oposição ao imaginário tecido acerca do curitibano, cuja constituição étnica é predominantemente europeia, a assimetria do imaginário assume peso significativo.

O conteúdo enunciado na SD deixa em suspenso uma questão: esse patrão dono de salga não teria em seu quadro empregados caiçaras, e sim apenas curitibanos? Tudo aponta, na materialidade linguística, para essa exclusão, no entanto o cotejo com outra enunciação, do mesmo proprietário, vai na contramão desse entendimento:

SD2 – “Eles esperam muito o mar trazer, e se não pescar, a culpa não é deles, é do mar! Tudo bem que o peixe realmente está acabando, esse é um medo de todos nós. Mas dizer que foi pescar e não tinha peixe, é demais. Não dá pra responsabilizar o mar por isso. Eles são pescadores, será que não sabem da maré, onde tem e não tem peixe? É desculpa! E quando a situação aperta o que eles dizem? Que o mar não está pra peixe. [...]”.

Indubitavelmente há trabalhadores caiçaras nessa salga, contudo, eles não são designados como *funcionários* pelo patrão. A referida exclusão deles desse conjunto nos

autoriza o levantamento de duas hipóteses: a) o empregador considera funcionários aqueles empregados com vínculo formal; b) o empregador considera funcionários aqueles empregados alocados em funções de administração e /ou controle. A divisão na designação aponta para uma divisão social e política na ordem do trabalho e suas relações legais, o que faz colar ainda mais os traços de desqualificação no sujeito caiçara. E mais uma vez é o efeito de evidência postulado por Pêcheux (1988), que sustenta o modo como se dá essa colagem, haja vista que ao final da SD1 o enunciador debita ao pescador caiçara a (im)possibilidade de romper o ciclo: “Se quer ter o padrão de vida igual ao dos outros, então trabalhe como os outros, ué”. Vale destacar, aqui, que “ué” é interjeição que pode, simultaneamente, significar confirmação e espanto, assim como a partícula “né”, ao final do segmento “Esse jeito caiçara que faz eles serem mal vistos, né?!”. Ou seja, não se trata, na perspectiva do enunciador, de projeção construída pelo olhar do outro, mas de traço inerente ao sujeito, pelo qual ele tem total responsabilidade.

Retornamos, agora, à SD2, na qual queremos mostrar a particularidade de um funcionamento enunciativo-discursivo. Ainda falando sobre a relação dos sujeitos caiçaras com o trabalho, o patrão, em tom de deboche, joga a responsabilidade pela falta de resultados nos pescadores: *Eles esperam muito o mar trazer*. E sobrepõe, ao mesmo enunciado, a voz dos trabalhadores caiçaras, em argumento debitado a eles: *e se não pescar, a culpa não é deles, é do mar*. Assim, o “esperar do mar” assume, de parte dos pescadores sentido de passividade que os isentaria de qualquer responsabilidade. E, prevendo o que o interlocutor poderia dizer ou pensar, algo relativo à efetiva escassez de peixes, o patrão já se precavê e coloca-se adiante, trabalhando com o que Courtine (2009) designou de domínio de antecipação: *“Tudo bem que o peixe realmente está acabando, esse é um medo de todos nós. Mas dizer que foi pescar e não tinha peixe, é demais.”* Assim, se não há peixe, a responsabilidade é do trabalhador que não soube utilizar de seus conhecimentos sobre a maré para encontrá-lo. Logo, é impossível voltar para casa de mãos vazias. É a posição do patrão, do empregador, que não é pescador, sobressaindo-se. Silenciando que há épocas quando, em nome da proteção à reprodução, nem poderia haver pesca. Posição que desconhece os meandros da lida da pesca e do mar. Posição que traz para o interior do seu discurso o discurso-outro, o do pescador e subverte seus sentidos, desqualificando-os. Quando o pescador diz que “o mar não está para peixe”, faz emergir no fio do seu discurso o dito popular, fazendo cruzar o sentido metafórico com o sentido literal. Já o patrão procede à mobilização do enunciado em outra perspectiva, anulando qualquer perspectiva de jogo e tão somente debitando desinteresse ao pescador.

A sequência discursiva a seguir (SD3) traz a perspectiva de um enunciador encarregado sobre o sujeito caiçara e sobre a qualidade do trabalho realizado nos entrepostos:

SD3 – “[...]. maior dificuldade deles no trabalho é que eles são porcos (+) eles não dão a mínima. Não têm noção de aproveitamento do produto (+)... Quando alguém vai lá pedir camarão, eles dão o que não é deles... O caiçara é contratado na firma,

com três meses de emprego *já está em ritmo caiçara, que você sabe como é [...]*”
(grifo nosso).

No processo de adjetivação do substantivo *porcos*, o enunciador produz dois movimentos: animaliza o trabalhador e atribui-lhe traços de desleixo e relaxamento, os quais justificam o emprego usual do referido substantivo como adjetivo, referindo-se a humanos. Contudo, algo mais funciona aí para além da ordem do simples desleixo, porque tem a ver com o descuido que se refere à perda econômica, e não necessariamente à falta de asseio ou capricho. Esta leitura encontra espaço de linearização no fio do discurso: *“eles não têm noção de aproveitamento do produto”*. No entanto, o espaço da contradição se manifesta no espaço de enunciação, pois o sujeito que é projetado nessa SD é alguém que não se inscreve na ordem da minimização das perdas e conseqüente hipervalorização do lucro. Ao contrário, sua lógica é a do coletivo, pois ele reparte o que se lhe mostra como sobras, perdas ou partes não aproveitáveis sob o ponto de vista da indústria. Reparte o que outros jogariam fora. Em contrapartida, na ótica do encarregado, não interessa o gesto de solidariedade, mas a violação do princípio da propriedade: *“dão o que não é deles”*.

Além disso, o sintagma *“aproveitar ao máximo”*, com relação à produção industrial, produz efeito de sentido que remete à *mais-valia*. Isso é corroborado pelo estigma do comportamento do trabalhador, que na generalização feita pelo enunciador, reporta ao desenvolvimento, com o passar do tempo, de um *ritmo caiçara* de trabalho. O que seria este ritmo? Não trabalhar na velocidade das máquinas? Não corresponder aos índices de produção e lucro acelerados que a empresa exige?

Sobre estes questionamentos, merece destaque, ao final da SD, a referência ao campo do pré-construído, noção esta que remete *“a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado”* (PÊCHEUX, 1988, p. 99): *“com três meses de emprego já está em ritmo caiçara, que você sabe como é”*. A interpelação do interlocutor à ordem do supostamente já sabido lineariza sentidos cristalizados e dados como hegemônicos e consensuais: o caiçara é lento, preguiçoso, vadio. A produção do efeito de pré-construído reafirma a negatividade, em contradição ao desejo de que o trabalhador caiçara se vincule ao funcionamento da lógica fabril, da lógica capitalista, da produtividade, na qual ele não pode perder tempo, pois os movimentos são contados, planejados, e o lucro é a tônica. Nessa colocação de mundos opostos em contraste projeta-se a expectativa de que o sujeito caiçara se adeque aos padrões industriais e à lógica capitalista. Como a expectativa não é alcançada, há uma produção de discursos antagonistas sobre ele, que se reproduzem em diversos ambientes que compõem o social, desenhando a conjuntura e, por conseqüência, o estatuto desse sujeito. Dessa forma, estão implicadas na proposição do *“ritmo caiçara”* a questão de sua tradição do modo de ser e viver e uma força de produção que insiste que esse modo seja outro. E nesse desencontro de imaginários funciona o próprio da contradição.

Importante atentar para o fato de que a preocupação com o não desperdício do produto, com o zelo da propriedade e com a lógica do lucro não emanam, neste caso, do discurso do proprietário das salgas, o empresário e patrão, mas do encarregado. Este,

conforme já apontado, é sujeito caiçara, que se constituiu na atividade pesqueira e galgou posto de confiança e de controle na organização das formas de trabalho. O que chama a atenção é que sua inscrição ideológica não é a do caiçara trabalhador e empregado, mas a de patrão. Nos termos de Pêcheux (1988), ele está, por meio de seu discurso, materializando a identificação a uma posição ideológica que não corresponde à posição social. Esse processo se dá pelo atravessamento da ordem simbólica, determinado pelas relações de força. O enunciador da SD1 inscreve-se em uma formação discursiva de feição patronal, constituída por saberes da ordem do mercado, do lucro e da mais-valia, desconsiderando valores e saberes que são próprios da formação discursiva em que se inscreve a comunidade de trabalhadores caiçaras.

O confronto, no jogo de posições, assume, deste modo, uma das formas mais absurdas da luta de classes, que é a disputa a partir das “relações imaginárias dos homens com suas verdadeiras condições materiais de existência” (ALTHUSSER, 1980, p. 94). A relutância em se inscrever nos domínios da identidade pescador-caiçara produz o encarregado defensor da perspectiva do patrão e tripudiador daqueles que são seus iguais. O que poderia ser lido como soma de forças na luta por igualdade acaba consolidando as formas da divisão no modo de produção do trabalho e de distribuição das riquezas geradas.

O discurso sobre o sujeito caiçara na perspectiva da escola: a ordem da língua

Quando da proposição da categoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado, Althusser (2008) destacou o papel central da Escola dentre estes, dado o tempo que os sujeitos aí permanecem e o modo como o campo das ideias se conforma às práticas em seu interior. No contexto brasileiro esse papel assume protagonismo ainda maior, haja vista a histórica divisão social do trabalho, que é já desenhada na configuração o tipo de educação que se oferta a cada segmento socioeconômico da população, via determinações dos documentos oficiais. Ainda que tal não se dê de forma assim tão explícito. Há uma formação escolar projetada para os filhos das elites e há outra, diferente, precarizada, para os filhos das classes trabalhadoras.

A precarização perpassa as condições materiais de oferta da educação, mas não só. Ela assume sua forma mais violenta quando desnuda os sujeitos das possibilidades de inserção no jogo de participação social e política, quando antecipadamente os desqualifica e desacredita. Via de regra, a escolarização que se oferta às classes trabalhadoras encontra-se conformada a uma formação rápida, enxuta e de retorno imediato para o mercado de trabalho. No entanto, quando a escola diz, de diferentes formas, que o universo da escola não tem absolutamente nada a ver com o universo do trabalho desses sujeitos, então o jogo é ainda mais perverso.

É válido refletir, de modo mais específico, como a escola projeta o estudante caiçara a partir de suas relações com a linguagem. Essa perspectiva não é desvinculada das projeções que se fazem acerca do mundo do trabalho, pois se trata, ainda, e sempre, de uma projeção identitária que diz sobre quem é esse sujeito e sobre as diferentes formas como o outro

entende que ele pode ou não se encontrar legitimado no espaço que ocupa, pelo modo de ser, estar, trabalhar, falar...

Os sujeitos desta pesquisa, os caiçaras, conforme já afirmado, são pescadores e estudantes de uma escola da cidade de Guaratuba, no litoral paranaense. Essa escola, pública, atende alunado de classe pobre, e localiza-se em região periférica da cidade, distante do centro e das praias, longe também dos centros turísticos, ficando próxima a reservas ambientais da Mata Atlântica, manguezais e rios de água mista.

Apesar de os documentos oficiais preverem a adequação dos currículos à cultura e à realidade das populações nativas, a escola objeto desta investigação não apresenta, em sua proposição, especificidades curriculares voltadas à realidade da cultura caiçara como, por exemplo, adequação/flexibilização dos tempos; abordagem de aspectos histórico-culturais ou relacionados à prática da pesca etc. Além dessa lacuna, as falas de alguns professores, nas entrevistas-conversas, denunciam a realidade que os sujeitos trazem como entrave ao bom andamento do projetado pela escola:

SD4 – “O aluno caiçara gosta de ser mais livre, por isso, toda hora arruma uma desculpa pra sair da sala, gosta de dar palpite, é curioso. Mas as notas são reflexo de não serem tão atentos aos conteúdos dos livros, das atividades. É difícil [...] parece que não consegue achar uma relação com o que estão aprendendo [...] Você pergunta (não veio numa prova, não veio numa aula) você pergunta ‘escuta, por que você não veio aquele dia?’ ‘ah, tava pescando com o meu pai’, como se isso fosse uma coisa natural: faltar aula, pra pescar. Tem um que mora aqui na frente do condomínio ‘ainda bem que teve sol, professora!’ ‘por quê?’ ‘ah, porque nós fomos pescar eu não vim antes de ontem e ontem porque nós fomos pescar... Mas um frio, professora, numa chuva, a gente se molha tudo... Pelo menos agora a gente tem sol é melhor’, a gente vê que o objetivo deles é mais a pesca do que...Comodismo!”.

Nosso foco, nesta seção, é o que se diz sobre esse sujeito, no âmbito da escola, a partir de seu registro linguístico, razão pela qual não nos deteremos nos enunciados recém apresentados. Optamos por privilegiar o relato de um docente, morador nativo do bairro dos pescadores, porém, não inscrito nessa prática. Assim, trata-se de uma fala representativa, em nossa perspectiva, haja vista que o sujeito que enuncia convive desde sempre com os pescadores caiçaras. Não é um deles, contudo, não lhes são estranhos. Ou não deveriam ser.

SD5 – “‘olha que engraçado, vede, vede, vede!’ Eu vejo como uma forma regional de interação deles. É esquisito o jeito que eles mexem com a boca apontando algo, as pessoas apontam com o dedo ou com a mão e eles fazem com o beijo. [...] A mixaria vem um pouco de Santa Catarina, não foi semeado aqui, é uma mistura do caiçara catarina com o caiçara paranaense. Como o mixaria, várias outras palavras foram usadas. O ‘meu caneco’ é uma coisa do piçarras, né? É usada pra demonstrar surpresa muitas vezes, ao invés de usar ‘Nossa’, eles usam ‘Meu Caneco’.”

A enunciação do professor constrói-se na base do contraste, com traços de diferenciação entre caiçaras e não caiçaras: os primeiros “*mexem com a boca apontando algo*”; “*eles fazem com o beijo*”, já “*as pessoas apontam com o dedo ou com a mão*”. Na SD3 já constava o traço de animalização dos trabalhadores caiçaras na fala do encarregado. Essa projeção repete-se na fala do professor a partir de dois índices: o significante *beijo* e a

referência aos não caiçaras como *peças*, significante este no qual os últimos não se encontram inclusos na estruturação sintático-semântica do enunciado.

Outro traço que diferencia e, diríamos, também divide as duas comunidades de falantes, são os usos gírios e as expressões interjetivas. O curioso, no modo como o enunciador identifica o outro pela sua linguagem é o jogo que ele estabelece entre pertencimento/não pertencimento: “*não é uma linguagem daqui, não é gíria territorial daqui [...] é como se fosse uma gíria local, pois entre eles, se entendem [...]*”. Ainda que o registro seja de código restrito a um coletivo específico, a pergunta que emerge, de imediato, é: esse coletivo, os caiçaras, não pertencem ao local? E que determinações estão funcionando que sustentam os usos gírios que o professor acredita que esse coletivo deva usar, a ponto de afirmar ao invés de usar x, eles usam y?

O enunciado mobiliza, a partir da inscrição do professor, a projeção imaginária de uniformização linguística, pela qual há um padrão para expressar, inclusive, emoções. A divisão no corpo social marca-se na língua, também aí produzindo exclusões, pela qual haveria, supostamente, a língua dos caiçaras, pela qual “eles se entendem”, ao mesmo tempo que contraditoriamente eles deveriam abandoná-la e utilizar formar correntes e comuns aos demais integrantes da comunidade. Essa mesma divisão não os reconhece como detentores desse patrimônio linguístico, muito menos como partícipes da cultura local. O sujeito caiçara é, assim, o outro-estranho, não partícipe do coletivo comum.

O relato do professor faz pulsar fortemente a contradição, ao dizer o que considera bizarro. Aquilo que para ele soa estranho, diferente, errado, nada mais é que uma das formas do verbo *ver*, um uso já arcaico para uns, mas ainda vigente para outras comunidades. A manifestação material de que as mudanças na língua não se dão de modo linear e sem sobreposições. Há uma fluidez em funcionamento, na contramão da *língua imaginária*, nos termos de Orlandi (2009, p. 18, grifos da autora):

[...] a *língua imaginária* é a língua sistema, a que os analistas fixam em suas regras e fórmulas, em suas sistematizações, são artefatos (simulacros) que os analistas de linguagem têm produzido ao longo de sua história e que impregnam o imaginário dos sujeitos na sua relação com a língua. [...] A *língua fluida*, por seu lado, é a língua movimento, mudança contínua, a que não pode ser contida em arcabouços e fórmulas, não se deixa imobilizar. A que vai além das normas. A que podemos observar quando focalizamos os processos discursivos, através da história de constituição das formas e sentidos, nas condições de sua produção, na sociedade na história, afetada pela ideologia e pelo inconsciente. Fluida.

Queremos aqui discutir o movimento como constitutivo da linguagem, a partir do que pautamos anteriormente acerca da sobreposição de diferentes registros linguísticos em uma mesma temporalidade. No caso da sobrevivência da forma verbal *vede* na fala corrente dos sujeitos caiçaras, sem identificação com o registro obsoleto dos manuais gramaticais, estamos também diante de movimento que reporta à fluidez, embora aparentemente pareça estagnação. Não se trata disso justamente porque não é registro representativo de

formalismo normativista, antes, deslizamento no emprego de uma determinada forma. Assim, a língua mostra-se em toda sua vivacidade e movência.

Puxando alguns fios da rede: considerações finais ou iniciais?

Ao final deste artigo queremos retomar o que trabalhamos inicialmente acerca da designação *caiçara*, nome este que tem sua origem em formas materiais do trabalho humano, da relação do sujeito com a pesca artesanal, e que no decurso do tempo migra para o modo como ele próprio é reconhecido. Desconhecemos o que há nesse trajeto, a acumulação de acontecimentos que produziu esse efeito de colagem; contudo, o processo de significação, o deslocamento dos traços semânticos autoriza-nos a postular, minimamente, acerca de uma íntima relação entre sujeito e trabalho. E não só isso, mas alguém que transforma e é transformado, um sujeito histórico, por excelência. Por outro lado, deixa-nos uma inquietação sobre como colou-se a esse mesmo sujeito sentidos de preguiçoso e de vadio, por exemplo.

Inquieta-nos, também, o entrelugar em que os pescadores caiçaras são colocados, para não dizer não lugar: não afeitos às injunções do capitalismo desenfreado, cuja lógica é o lucro a qualquer custo, também não encontram acolhida na escola. Esta, além de desconsiderar sua realidade, ainda os estigmatiza já na base do registro linguístico, conforme mostramos. O modo de falar é mote para mais uma forma de segregação, esta, corroborada pela escola. E com isso, a desqualificação vai agregando traços, produzindo acumulações e cristalizando os sentidos sobre o que é ser caiçara na própria comunidade desses sujeitos. Nativos que são, parecem estranhos.

A escola esteve em uma das cenas centrais deste estudo, porque é o porto de ancoragem de crianças, adolescentes e jovens em geral, também de partida, para a construção de projetos de vida. Retomamos, aqui, sua configuração na cena, mobilizando mais alguns depoimentos acerca de estudantes caiçaras, acerca de como percebem a relação estabelecida para com eles de parte da escola:

SD6 – “Aqui na escola não vejo muito professor comentar de pescador, só a professora... de história, o marido dela vai pro mar na época da Tainha. Como tem bastante alunos que os pais são pescador, a escola podia comentar mais.”

SD7 – “Ah, sei não... tipo, acho que toda turma tem alguém que tem pai que trabalha na pesca ou salga, ou na marina, ou na produção das redes. Bimestre passado a prof de inglês falou um pouco das profissões em inglês, ela falou de pescador.”

SD8 – “Nunca ouvi ninguém ‘dizê’ nada não [risos].”

SD9 – “Aqui na escola não se fala muito em pesca não. Só na semana passada o professor de geografia comentou alguma coisa sobre a poluição do mar e falou da rede de pesca dos pescadores.”

Os enunciados confirmam o distanciamento entre a realidade dos alunos e o olhar produzido sobre eles pela escola, distanciamento que se traduz em não reconhecimento, em estranhamento, assim como no mundo do trabalho. Para refletirmos ainda um pouco mais

acerca da produção desse estranhamento, retomamos, aqui, o enunciado mobilizado como epígrafe, neste artigo, depoimento de um estudante caiçara para a entrevista-conversa:

SD10 – “Aqui perto da escola mora bastante pescador, tem canoa passando na rua, na esquina, barco de tudo quanto é cor. Acho que a escola sabe disso né?, Acho que os profes também tão vendo esse trabalho, né? A gente come peixe aqui na escola, mas não sei quem pescou.”

O relato desse estudante, repleto de plasticidade, não é isento de notas de lamento. A leitura dele faz passar diante de nossos olhos o movimento agitado dos pescadores, na lida cotidiana, no envolvimento com o trabalho. As cores dos barcos enchem as ruas com sua beleza. Contudo, a pergunta que o estudante faz, com modalização e partícula de confirmação, abre espaço para muitos não ditos. Aqui poderíamos produzir paráfrases do tipo: “A escola, os professores veem, sabem que nós caiçaras trabalhamos, sim, e muito”. “A escola sabe que nesta comunidade há nós sujeitos caiçaras e nosso trabalho, por que, então, não falam da nossa realidade? Do mesmo modo, quando ele afirma “A gente come peixe aqui na escola, mas eu não sei quem pescou.”, a paráfrase poderia se dar nos termos: “Nós caiçaras trabalhamos para que o peixe que alimenta os alunos chegue aqui na escola, mas ninguém conta isso”.

São silenciamentos dessa ordem que nos auxiliam a entender como sentidos se sedimentaram no decurso do tempo, fazendo colar projeções negativas sobre os sujeitos, até mesmo desconsiderando-os como pertencentes à comunidade. Silenciamentos que, infelizmente, são avalizados pela instituição escolar, na medida em que esta atua, enquanto Aparelho Ideológico e Estado, para corroborar e perpetuar o imaginário negativo socialmente construído sobre os pescadores. Também reproduz e perpetua as formas de assujeitamento do caiçara às injunções operadas pela transformação da ordem do capital industrial operada sobre a pesca artesanal e as práticas a ela relacionadas. A fala do estudante emerge em meio a essa violência como grito de resistência, espalhando sentidos não formulados, tonalidades outras, tal qual a multiplicidade de barcos que desfilam pelas ruas da cidade dos pescadores caiçaras.

Referências

ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 145-182, 2000. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012000000100005>

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 2008.

CAVALCANTE, M. do S. A. de O.; MACHADO, F. D. A ideologia em Lukács: contribuições para os estudos do discurso. In: CAVALCANTE, M. do S. A. de O. (Org.). *Linguagem, discurso e ideologia: a materialidade dos sentidos*. Maceió: Edufal, 2017. p. 39-60.

COURTINE, J. J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*.

Trad. Patrícia C. R. Reuillard. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

CAIÇARA. AULETE Digital: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2021. Disponível em: <https://aulete.com.br/cai%C3%A7ara>. Acesso em: 20 jul. 2021.

CAIÇARA. PRIBERAM: dicionário da língua portuguesa. Lisboa: Priberam informática, 2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/cai%C3%A7ara>. Acesso em: 20 jul. 2021.

HANEK, C. [Descarregamento de tainha]. 2020. 1 fotografia.

ORLANDI, E. P. *Língua brasileira e outras histórias*: discurso sobre a Língua e sobre o Ensino no Brasil. Campinas: RG, 2009.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

RASIA, G. dos S.; SILVA, A. M. A constituição da identidade caiçara: discursivização e resistência. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS EM LINGUAGEM, 2., Ponta Grossa. *Anais eletrônicos...* Ponta Grossa: UEPG, 2017. Disponível em: https://proceedings.science/proceedings/107/_papers/63664/download/fulltext_file1?lang=pt-br. Acesso em: 20 jul. 2021.

SANTOS, V. C. dos. Populações tradicionais litorâneas: o modo de vida caiçara. *Revista de Geografia*, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 1-6, 2013.

SILVA, A. M. O sujeito caiçara no mar de sentidos: onde rebenta o discurso? 2020. 156 f. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

Recebido em: 06/12/2020.

Aceito em: 05/07/2021.